

Os caminhos sinuosos do desenvolvimento

António Pedro Marques
 UÉvora, ECS, DSoc | CICS.NOVA.UÉvora
 apsmarques@uevora.pt

Resumo

O conceito de desenvolvimento possui, ainda hoje, um lugar privilegiado nas ciências sociais e esse lugar tem tanto de importante quanto tem de polémico. Contudo, não é um conceito ultrapassado, bem pelo contrário. Ele tem vindo a desencadear inúmeras reflexões e a propor variadas formas combinadas de participação tendentes à tomada de decisão e de construção de estratégias integradas de ação coletiva.

A conceção que hoje se tem do desenvolvimento já não se radica apenas na sua dimensão económica. Ficar circunscrito à dimensão económica do desenvolvimento seria muito redutor, pelo que a abordagem do desenvolvimento pode (e deve) ser feita com recurso a outras dimensões - a dimensão política, social e ambiental.

Os pressupostos dos paradigmas da modernização e da dependência e o mito da modernidade universal, passaram de moda e foram relegados para o esquecimento, para dar lugar a novos conceitos de desenvolvimento alternativos, cuja ênfase incidiu na importância do desenvolvimento social, no crescimento do capital humano, no papel e capacidades das comunidades locais no desenvolvimento endógeno.

O desenvolvimento endógeno deve ser percecionado como um processo interligado, cooperativo e autossustentável. É através da responsabilização coletiva que o desenvolvimento endógeno se transforma em processo político, que envolve escolhas e decisões que só é possível tomar articulando o local e o global, o indivíduo e o coletivo e as várias esferas sociais: o Estado, os mercados e as formas organizadas das sociedades. É nestas conjunções que as redes de cooperação se destacam como elementos fundamentais na promoção do desenvolvimento endógeno.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, crescimento económico, pós-desenvolvimento, desenvolvimento endógeno, redes de cooperação.

Introdução

Hoje quando falamos de desenvolvimento, estamos a falar de quê?

Esta interrogação, tal como está colocada revela que ainda hoje é possível nos confrontamos com discursos onde se apela ao desenvolvimento, quando na prática se está a falar de crescimento económico.

O conceito de desenvolvimento possui, ainda hoje, um lugar privilegiado nas ciências sociais e esse lugar tem tanto de importante quanto tem

de polémico. Contudo, não é um conceito ultrapassado, bem pelo contrário. Ele tem vindo a desencadear inúmeras reflexões e a propor variadas formas combinadas de participação tendentes à tomada de decisão e de construção de estratégias integradas de ação coletiva.

Com este texto pretende-se dar conta das principais reflexões teóricas sobre esta temática, que tiveram lugar nas últimas décadas do século XX e daí até à atualidade, conduziram a uma situação em que assistimos a um conjunto de alterações que assumiram as configurações que hoje conhecemos ou que ainda venhamos a conhecer.

Tudo isto levou a que muitos fossem levados a acreditar que estas teorias se teriam cristalizado num mundo que hoje se apresenta como detentor de muito pouco daquilo que o caracterizou nessas décadas.

Mas, quando tudo indicava que as teorias sobre o desenvolvimento se tinham esgotado, eis que as consequências decorrentes dos processos de globalização lançaram novas reflexões teóricas sobre as formas de influência exercidas pelos territórios sobre o funcionamento dos sistemas económicos e a importância que estes assumem nas atuais abordagens teóricas sobre o desenvolvimento endógeno. Todavia, os problemas mantêm-se e as tentativas para os resolver carecem de novas abordagens, já que terão de ser consideradas as novas variáveis que hoje se reconhece como sendo pertinentes para as tomadas de decisão.

1- Desenvolvimento e crescimento económico: das confusões instaladas à clarificação necessária

O conceito de desenvolvimento tem tanto de importante como de polémico no seio das ciências sociais (Amaro, 2003:35). Apropriado por diversas áreas científicas, o conceito de desenvolvimento tem mostrado inúmeras capacidades e limitações, assim como inúmeras confusões.

Das capacidades e limitações refira-se o carácter mobilizador de consciências em torno da mudança e da transformação dos indivíduos e das sociedades, ao mesmo tempo que detém a inteligibilidade para desencadear políticas de intervenção. Mais controversa, contudo, é a sua capacidade para proceder a avaliações e classificações em torno da evolução do nível de bem-estar de uma comunidade.

Em matéria de confusões, realça-se o facto da dificuldade em estabelecer fronteiras claras entre a teoria, a ideologia, a doutrina, a utopia e o conjunto das práticas sociais. (Murteira, citado por Amaro, 2003:35). Mas as confusões não ficam por aqui. Não é raro assistirmos a discursos que fazem apelo ao desenvolvimento, quando na prática do que se está a falar é de crescimento económico.

Durante muito tempo pensou-se o desenvolvimento na sua vertente económica, daí à confusão com o conceito de crescimento económico foi um pequeníssimo passo.

Assim, para alguns autores, o desenvolvimento era a tradução do *aumento dos níveis de vida das pessoas comuns* (Myrdal, citado por Amaro, 2003:39). Já para outros, o desenvolvimento traduz-se na *melhoria sustentada e secular*, traduzida no *bem-estar material* e que é expressa pelo *crecente fluxo de bens e serviços* (Okun e Richardson, citado por Amaro, 2003:39).

Sendo conceitos diferentes, o desenvolvimento confunde-se com o crescimento económico, por quê?

Seers (1979:949) refere que o rendimento nacional, enquanto indicador, poderá ser muito conveniente. Por outro lado, refere que os políticos recorrem a este indicador agregado por comodidade, uma vez que a sua referência é feita em relação a um tempo passado, ao passo que os economistas, ao recorrerem ao conceito de crescimento económico, enquanto indicador, passariam a dispor de uma variável em que é possível quantificar, proporcionando a inteligibilidade de construção de modelos matemáticos.

Ora, o que se verificou nas últimas décadas foi o recurso à utilização sistemática de indicadores de crescimento económico, que se tornariam como instrumentos ideológicos para aferir, para posi-

cionar e para qualificar o nível de desenvolvimento dos países. Esta aparente fusão entre conceitos traria consequências não só para as análises, como para as perceções sobre os dois conceitos.

Ao analisarmos as consequências desta fusão entre conceitos, apontadas por Amaro (2003:44), concluímos que para além de uma visão determinista, que se passou a ter sobre o desenvolvimento, esta utilização dos indicadores de crescimento económico transportava consigo uma visão evolucionista sobre as diversas sociedades e como estas atingiriam, em tempos diferentes, um determinado nível de desenvolvimento. Vejamos:

É determinista, na medida em que parte do princípio que o crescimento económico é condição *sine qua non* do desenvolvimento, na medida em que se está perante um processo contínuo de aumento da produção de bens e de serviços, o que conduziria à melhoria do bem-estar das populações, nos seus variados e diversificados níveis.

É evolucionista, dado que recorre, em particular, ao nível de rendimento *per capita*, para classificar o nível de desenvolvimento dos países e o caminho que estes terão de percorrer para atingir os patamares dos países considerados *desenvolvidos*.

Um terceiro conceito viria a entrar em cena, o que confundiu ainda mais qualquer análise sobre o desenvolvimento. Com a introdução do conceito de industrialização, rapidamente houve a tendência de estabelecer uma relação tripartida: o crescimento económico que se apresenta como condição do desenvolvimento e “*que assenta nos países ditos desenvolvidos, em processos de industrialização*” (Amaro, 2003:44) criando-se as condições para que *países industrializados* se tivessem tornado sinónimo de *países desenvolvidos* e vice-versa, aumentando assim a visão determinista e

evolucionista que, na altura, se tinha do desenvolvimento. Era a visão paternalista que se podia encontrar para justificar os níveis desiguais de desenvolvimento dos países industrializados e dos países classificados como *do 3º mundo*.

A desconstrução desta conceção só viria a ter lugar em 1980, na 3ª Conferência da Nações Unidas para o Desenvolvimento, quando os conceitos de crescimento económico e desenvolvimento passaram a divergir entre si.

2- O conceito de desenvolvimento: do pós-guerra aos efeitos da globalização

Antes de passarmos a analisar o conceito de desenvolvimento, a sua emergência e sua evolução, deveremos refletir sobre o aspeto normativo que o conceito apresenta, assim como o que deixa transparecer: para muitos, falar de desenvolvimento é como se estivessem a referir a existência de uma *melhoria* (Seers, 1979:950).

Os tempos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial parecem ter sido os responsáveis pela emergência do conceito de desenvolvimento. Viviam-se tempos em que a maioria das colónias das potências europeias tinham declarado a sua independência, pretendendo atingir os níveis de prosperidade das potências administrantes.

De modo a que tal se tornasse possível, e de acordo com Amaro (2003:39), muitos autores e organismos internacionais, apontaram caminhos e possíveis soluções para que os novos países almejassem atingir esses objetivos.

Mas nem sempre essas contribuições foram feitas inocentemente. A divisão do mundo entre as duas superpotências – Estados Unidos da América e União Soviética - e o clima de Guerra Fria

que lhes foi associado, criaram as condições para que no xadrez da geopolítica e da geoestratégia se verificasse inúmeras tentativas de atração e de afastamento dos países da área de influência de uma ou de outra superpotência.

Contudo, realce-se, que a ideia de desenvolvimento não se restringe só e apenas aos novos países independentes.

Assim, há a considerar uma pluralidade de circunstâncias que viriam a contribuir para o fortalecimento da ideia de desenvolvimento: a reconstrução dos aparelhos produtivos e da economia de parte dos países da Europa ocidental, a partir do Plano Marshall, relançando os conceitos de bem-estar e progresso; as exigências da Guerra Fria, nomeadamente a corrida ao armamento que só seria possível se houvesse uma base de sustentação assente na acumulação produtiva e as vitórias ideológicas só seriam evidentes, se houvesse inovação tecnológica. Por outro lado, a adoção do keynesianismo, como o novo paradigma da Economia, contribui para ao reconhecimento da necessidade da intervenção do Estado na regulação da atividade económica, assim como o reconhecimento do papel que este detém, quer no progresso, quer no bem-estar societário. Finalmente, um conjunto de ideias, centradas no eixo Londres-Washington D.C. assentes nas ideias de progresso e de paz entre os povos e que tornariam possível o acesso ao comércio externo e ao aprovisionamento de matérias-primas, e o direito dos povos a viver sem passar por necessidades básicas. (Amaro, 2003:39).

Em pouco mais de sessenta anos, a política de desenvolvimento (muitas das vezes confundida com metas de crescimento económico, como referido anteriormente) adotaram várias facetas e vários protagonistas. Estas políticas assumiram contornos nos territórios nacionais, regionais e, mais recentemente, locais.

Importa referir que, em nossa opinião, os territórios não possuem uma configuração estática. Pelo contrário. Os territórios são detentores de configurações dinâmicas e complexas, encontrando-se em permanente mutação e que são o reflexo das dinâmicas físicas, socioeconómicas e culturais provenientes dos contextos locais (Gehlen, I. ; Riella, A. (2004) citado por Marques, (2011:79)).

Assim, e numa análise ao nível da dimensão regional, as políticas de desenvolvimento variaram ao longo das várias décadas. Durante a década de cinquenta as políticas adotadas assumiram mais os contornos sociais do que económicos. Foram aplicadas políticas de recurso em diferentes áreas, procurando resolver os problemas de desemprego em regiões que ficaram conhecidas por regiões-problema.

Todavia, os anos de transição para a década de sessenta e os primórdios dessa década ficaram marcados por uma maior relevância atribuída aos fatores económicos. Simultaneamente começa-se a perceber e, posteriormente, a reconhecer a importância

O final da década de cinquenta e o início da década que lhe seguiu, ficaram marcadas pela relevância que foi dada aos problemas de natureza económica, situação que levou ao reconhecimento do fator de interdependência entre a política nacional e a política regional. Este período caracterizou-se pelo desenvolvimento das infra-estruturas, pela atração de atividades económicas exteriores e pela exportação industrial, entre outros.

O decorrer das décadas de sessenta e setenta ficou marcado pela *tese da concentração dos esforços*, com principal protagonismo centrado na *Teoria dos Polos de Crescimento*. Verifica-se o aumento do papel das PME' e das competências locais da força de trabalho.

Os anos oitenta viriam a caracterizar-se pelos processos de difusão de inovação e tecnologia. A década de noventa caracterizou-se pelo papel assumido pela difusão do conhecimento, pela importância assumida pelos fatores intangíveis, e pelo reconhecimento da cultura local.

O século vinte viria a despedir-se com a incorporação da Política Económica Regional na política global. Esta tendência tinha começado nos anos 80 e viria a prolongar-se por cerca de vinte anos

A partir do início do século XXI, a primazia vai para o *capital relacional*, para o reconhecimento da importância do conhecimento coletivo, para o aumento da complexidade das interconexões, e para o capital territorial. (Antonescu, 2015)

Hoje a conceção que se tem do desenvolvimento já não se radica apenas na sua dimensão económica. Ficar circunscrito apenas à dimensão económica do desenvolvimento seria muito redutor. No entanto, a abordagem do desenvolvimento com recurso a outras dimensões - a dimensão política, social e ambiental - embora aqui se apresentem separadas entre si, por mera sistematização, deve ser vista numa perspetiva entrosada entre si.

3- A dimensão política do desenvolvimento

Foi a partir de 1949, aquando o discurso de tomada de posse do presidente dos EUA, Henry Truman, que o termo desenvolvimento surge, pela primeira vez, no contexto da política. Os chamados países ricos viam, quase como um direito, o facto de poderem ajudar os países mais pobres economicamente, contribuindo para o seu desenvolvimento. Aparentemente há uma mudança de postura por parte dos países do norte em relação aos países do sul, na perspetiva

dos papéis de colonizadores e de colonizados, e na dicotomia desenvolvido/subdesenvolvido.

A novidade reside na forma em como o mundo passou a ser pensado: um mundo onde todos os países são iguais em matéria de direito e não em matéria de facto, um conjunto de países *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*. (Santos, 2012:50).

A análise do desenvolvimento, a partir da dimensão política, pode ser feita através de uma análise tripartida: *como um produto do mundo ocidental*; *como mecanismo de agregação política dos sistemas capitalista e socialista*; *como orientação teórica*. (Santos, 2012:51).

A análise do desenvolvimento *como um produto do mundo ocidental* deve considerar, *a priori*, as disputas entre os *mundos ocidental e oriental* (o mundo ocidental teve sempre esse desejo de disputa, como forma de se afirmar dentro e fora do seu espaço de influência) nos campos filosófico, ideológico e cultural.

Assentando em bases civilizacionais diferentes, originaram produtos diferentes. O *mundo ocidental* produziu o *Renascimento* (e com ele a *Revolução Científica*), os *Descobrimentos* e a *Modernidade*. O *mundo oriental* viria a produzir a *agricultura*, o *comércio* e o *socialismo*. (Santos, 2012:51).

É precisamente a *Modernidade* que irá manter a disputa, uma vez que é o resultado da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. É a *Modernidade* que serve de exemplo ao Mundo em matéria de organização social universal, traduzida nos modelos de Estado-Nação e de Democracia Liberal.

Tudo está submetido ao Homem (antropocentrismo), à Razão (racionalidade), à Especialização (produtividade) e ao Desenvolvimento (evolucionismo). (Santos, 2012:53).

Por outro lado, o desenvolvimento *como mecanismo de agregação política dos sistemas capitalista e socialista*, pressupõe que recuemos ao período da *Guerra Fria*, marcada pelo confronto de cariz político-ideológico diferentes entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Embora ambos os sistemas se caracterizassem por serem urbano-industriais, o confronto viria a caracterizar-se por modelos socioeconómicos contrários. Nos países pertencentes à área de influência dos Estados Unidos o modelo assentava, salvo algumas exceções conhecidas (algumas ditaduras, como a portuguesa até 1974) em modelos socioeconómicos de inspiração liberal assentes no princípio da individualidade e na propriedade privada e políticos de cariz social-democrata com predominância na existência de um Estado Providência.

Já os países que compunham a área de influência da União Soviética baseavam-se num sistema socioeconómico assente na propriedade estatal, na coletivização e na centralidade do Estado.

Em ambos os sistemas, o Estado disponibilizava um conjunto de serviços aos seus cidadãos, de entre outros destacam-se a educação, a saúde, a segurança social, a habitação, o que aumentava ainda mais as disputas ideológicas entre eles.

No final do ano de 1991 ocorre o fim da União Soviética e o desaparecimento do socialismo enquanto sistema.

O modelo socioeconómico neoliberal, baseado na crença que o desenvolvimento seria possível através do ajuste fiscal, no Estado mínimo e numa maior autonomia dos mercados, consolidou-se nas décadas de oitenta e noventa. Em muitos países verificou-se o empobrecimento das suas populações, o aumento das desigualdades sociais, o enfraquecimento do Estado e a sua subordinação às chantagens dos mercados fi-

nanceiros. O prometido bem-estar social, até ao momento, não chegou.

O modelo com que hoje nos confrontamos já não se restringe ao mero crescimento do produto com origem na indústria e pela iniciativa do mercado, mas pelo efeito medido do incremento sustentável do bem-estar geral, do próprio desenvolvimento humano articulado com a responsabilidade ambiental (Brandão, 2007).

Por último, o desenvolvimento *como Orientação Teórica*: em 1992 é publicado por Wolfgang Sachs, um volume coletivo intitulado *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, onde Sachs afirmava: “Os últimos quarenta anos podem denominar-se como a era do desenvolvimento. Esta época chegou ao fim. Chegou a hora de escrever seu obituário. Como um farol que guia os marinheiros em direção à costa, o «desenvolvimento» foi a ideia que orientava as nações emergentes no seu caminho através da história do pós-guerra.” (Sachs, 2010:XV). Se o desenvolvimento morreu, o que é que se seguiu? Alguns autores começaram por se referir a uma *era do pós-desenvolvimento* (Escobar, 2005:17). Em 1997 surgiu uma outra obra coletiva, intitulada *The Postdevelopment Reader* coordenada por Majid Rahnema e Victoria Bawtree, que lançou o projeto de aprofundar e fundamentar a noção de *pós-desenvolvimento*, que tinha sido utilizada pela primeira vez em 1991., num colóquio realizado em Genebra.

Como se chegou ao *pós-desenvolvimento*?

As últimas seis décadas ficaram marcadas por três momentos diferentes que correspondem a três orientações teóricas divergentes sobre o desenvolvimento: a *teoria da modernização*, que prevaleceu nas décadas de cinquenta e sessenta; a *teoria da dependência*, nos anos sessenta e setenta e as *abordagens críticas para o desenvolvimento como discurso cultural*, na segunda metade dos anos oitenta e noventa.

Estes momentos correspondem a três paradigmas, dos quais emergiram: as teorias liberais, o marxismo e o pós-estruturalismo. (Escobar, 2005:18).

A *teoria da modernização*, (inspirada em Adam Smith, David Ricardo, Alfred Marshall e Joseph Schumpeter), assentou numa premissa de certezas. As certezas, assentavam nos efeitos benéficos que o capital, a ciência e a tecnologia teriam nas sociedades.

Reconhecia-se, então, que estes elementos teriam, a capacidade para promover o desenvolvimento.

Contudo, estas certezas passaram a ser postas em causa pelos críticos provenientes da *teoria da dependência*.

Para estes autores (Andreas Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos ou Fernando Henrique Cardoso, entre outros), as origens do *subdesenvolvimento* podiam ser encontradas na relação da dependência externa com a exploração interna e não numa pretensa falta de capital, de tecnologia ou de *valores modernos*. Para os teóricos da dependência, o problema não residia tanto no desenvolvimento, mas no capitalismo.

Já nos anos oitenta assiste-se a um crescimento, por todo o mundo, do número de *críticos para o desenvolvimento como discurso cultural*. Estes críticos, (James Ferguson, Frédérique Apffel-Marglin, Stephen Marglin, Arturo Escobar, Gilbert Rist, entre outros), questionavam o próprio conceito de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento, diziam, era como um discurso, com origem no mundo ocidental, que agia como um *poderoso mecanismo* na produção cultural, social e económico dos países

do chamado Terceiro Mundo. (Escobar, 2005:18).

O querer desconstruir o conceito de desenvolvimento levou os pós-estruturalistas a expor a possibilidade de uma *era do pós-desenvolvimento*.

Há um elevado interesse manifestado por estes autores em considerar os movimentos sociais na mobilização e na participação na abordagem desta nova era.

Para uns, a vida social já não teria como princípio organizador central o desenvolvimento, nem estaria sob o olhar do mundo ocidental. Outros propõem uma reavaliação das culturas nacionais, colocando a tónica numa menor dependência em relação a um conhecimento especializado e numa maior incidência nas tentativas feitas pelas pessoas em construir sociedades mais humanas, mais cultas e ecologicamente sustentáveis.

Das críticas que se seguiram, nos finais dos anos noventa, à corrente do *pós-desenvolvimento*, destaca-se três tipos: o facto dos defensores do *pós-desenvolvimento* não terem aprofundado as questões da pobreza e do capitalismo, que na perspectiva crítica constituem o cerne do desenvolvimento; apresentaram uma visão generalizada e essencialista do desenvolvimento, ignorando as grandes disparidades entre as estratégias de desenvolvimento e as instituições, nem deram conta dos desafios ao desenvolvimento que se estavam a operar ao nível local; idealizaram tradições locais e movimentos sociais, sem contudo perceber que o local é moldado por relações de poder. (Escobar, 2005:22).

Independentemente da perspectiva de análise, importa reter que a dimensão política do desenvolvimento tem sido, simultaneamente, uma ideologia e uma utopia centrada no *mundo ocidental*.

Esta conceção de desenvolvimento encontra-se entrosada com um sistema de crenças, que por sua vez está organicamente relacionada com redes institucionais mundiais – ONU, Banco Mundial, FMI, OMC, etc. – e que servem de sistema classificatório quer de povos, quer de sociedades e regiões. (Santos, 2012;53).

4- A dimensão social do desenvolvimento

O conceito de *desenvolvimento social* não fazia parte dos conceitos que inicialmente surgiram na *Carta das Nações Unidas*. A sua emergência só se fez notar na década de sessenta do século passado, quando as questões do desenvolvimento passaram a ter maior visibilidade no panorama internacional. (Alves, 1997:144)

Todavia, o conceito nunca recebeu uma definição clara. O que era definido como *desenvolvimento social*? Por vezes o conceito era definido por adição sucessiva, nuns casos ou cumulativa, noutras definições. Contudo, englobava os setores relacionados com a educação, a saúde, o trabalho, a habitação, os serviços sociais e de segurança social e a avaliação do funcionamento geral da sociedade.

Ora a educação, a saúde e o trabalho já eram tratados noutros organismos especializados da ONU - a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), a *Organização Mundial da Saúde* (OMS) e a *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) –, o *Conselho Económico e Social* (ECOSOC). Ou, se quisermos, a leitura sobre o desenvolvimento social foi feita de forma fragmentada, focada em setores específicos ou com recurso a estudos genéricos sobre a situação mundial em matéria de desenvolvimento social, mas cuja centralidade analítica assentava nos indicadores e económicos, como o

rendimento *per capita* ou a esperança de vida nos vários países. (Alves, 1997:144)

Contudo, é na última década do século XX que surge o interesse, por parte da comunidade internacional, sobre a dimensão social do desenvolvimento.

Este acordar para a temática do desenvolvimento social surge como uma resposta ao *consenso neoliberal* do mundo contemporâneo predominante nos setores político-económicos que dominam maioritariamente o mundo e que assenta nas políticas monetárias, na liberdade do mercado e no *Estado mínimo*. Ao que parece, não reúne tanto consenso quanto parece. (Alves, 1997:144)

A resposta resulta do conjunto de preocupações da esmagadora maioria dos países do mundo e de organizações governamentais e não-governamentais que, independentemente de não possuírem meios suficientes para reverter a situação, têm mobilizado a denominada opinião pública internacional, quer através de campanhas de consciencialização, quer através de iniciativas localizadas, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos de tais políticas.

Desde essa década que o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), tem vindo a acompanhar a promoção políticas públicas destinadas ao desenvolvimento social, através do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), desenvolvido pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq. (Santos, 2012:55)

O desenvolvimento de um país está associado à oportunidades que este cria para que a sua população possa fazer escolhas e exerça a sua cidadania (Amartya Sen, citado por Santos, 2012:55). Contudo, esse desenvolvimento vai para além dos direitos sociais básicos da população: a alimentação, a saúde, a educação. A perspetiva do que é o desenvolvimento é mais alargada, inclu-

indo as liberdades associadas à literacia, a liberdade para participar politicamente, a proibição de mecanismos censórios, ou seja, concebe-se o desenvolvimento como “*um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas gozam.*” (Silva, 2010:11).

Tal só se tornará possível, segundo esta perspectiva de abordagem, se os benefícios do crescimento venham a contribuir para a dilatação das escolhas e das oportunidades dos indivíduos, viabilizando uma vida longa, saudável e duradoura, assim como os acessos aos recursos necessários, com caráter estável, para si e para as gerações vindouras. (Santos, 2012:55)

5- A dimensão ambiental do desenvolvimento

Proceder à avaliação das ações para o desenvolvimento é uma situação, *sine quo non*, para se obter um padrão de sustentabilidade em qualquer território, ao mesmo tempo que essa avaliação constitui um procedimento fundamental, quer para a formulação de políticas, quer para a tomada de decisões (Turnes, 2004:47).

No entanto, chegamos à atual situação, devido à racionalidade instrumental que presidiu à relação Homem/Natureza, onde numa relação desigual e de superioridade, onde o Homem é o sujeito e a Natureza o objeto, como um mero recurso produtivo dentro da lógica capitalista. Contudo, esta relação desigual não foi um exclusivo das economias capitalistas. Considere-se que dentro dos sistemas ditos socialistas, URSS, RDA, Polónia, RP da China, etc., a lógica também era desigual tendo dado origem a vários desastres ambientais, “*O mundo socialista sofreu a pior poluição na Terra*”. (DiLorenzo, 1992)

A crise do modelo de desenvolvimento abriu caminho para um conjunto de reflexões e olhares sobre a relação Homem/Natureza. Tudo indica que tinha chegado a hora das questões ambientais, a tal ponto que os debates começam a ganhar espaço no panorama internacional.

Desses debates surge a *visão conservacionista da natureza*. A sua tese baseia-se no congelamento do crescimento da população mundial e do capital industrial. Ou seja, o *crescimento zero*. De acordo com os seus maiores defensores, os ramos científicos e/ou cientistas provenientes da meteorologia, biologia, climatologia, oceanografia e da ecologia e várias Organizações Não-Governamentais, com destaque para *World Wildlife Fund (WWF)*, a *Conservation International (CI)*, a *The Nature Conservancy (TNC)*, o *crescimento zero* iria desferir o maior ataque ao crescimento contínuo das sociedades industriais e às doutrinas do desenvolvimento que tinham estas sociedades como base. (Diegues, 2008, citado por Santos, et al. (2012:56)). Estas mesmas organizações viriam ainda a colaborar na elaboração do conceito de *ecodesenvolvimento*, que se baseava no modelo do *crescimento zero* e que se opunha ao modelo hegemónico do crescimento contínuo e da acumulação de bens.

Contrariamente ao suposto, este conceito de *ecodesenvolvimento* não foi aceite pelos chamados países do Sul, na medida em que estes se achavam limitados sobre a capacidade de decidir sobre os seus próprios recursos.

Do debate que tem lugar em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar no Rio de Janeiro, o conceito de *desenvolvimento sustentável* passou a ser amplamente usado.

Trata-se de um conceito que pretende conciliar dois pontos de vista diferentes: por um lado, os interesses dos *desenvolvimentistas*, que preconiza-

vam o crescimento e a acumulação e os seus opositores do *ecodesenvolvimento*, de cariz *conservacionista* e onde a prudência ecológica se apresenta como solução. (Santos, 2012:56)

Por outro lado, e se nos remetermos para uma leitura da dimensão ambiental do desenvolvimento a partir da Sociologia do Ambiente, depa-ramo-nos que a Sociologia viria a contribuir par o debate, com o que Dunlap & Catton (1983), denominam como *Novo Paradigma Ecológico*, cujo axioma que o inspira, parte do princípio que há uma dependência ecológica das sociedades hu-manas em relação aos ecossistemas. Este paradi-gma assenta nos seguintes três postulados:

“1 - O ser humano é um entre numerosas espécies, sendo a interdependência estabelecido que cria as comunidades bióticas e são estas que fazem a nossa vida social;

2 - A complexidade das relações de causa, de efeito e de retroação que têm lugar no tecido natural, faz com que a ação social, concebida para fins diversos, comporte inúmeros efeitos imprevisíveis;

3 - O mundo apresentando-se finito quanto aos recursos físicos e biológicos, limitará o crescimento económico, o progresso social e os restantes fenómenos sociais.” (Marques, 1999:26)

Destes postulados poderão derivar algumas reflexões que nos parecem implícitas em relação à dimensão do desenvolvimento, que se está a analisar:

“1 - Um novo olhar sobre o ambiente e provavelmente a assumir uma nova consciência e postura face aos ambientes naturais;

2 - Uma nova tomada de consciências perante os recursos e matérias-primas não renováveis;

3 - Uma tomada de consciência face às gerações vindouras.” (Marques, 1999:26)

Então, uma das questões que deveremos refletir é, precisamente, sobre os indicadores que poderão ser utilizados para proceder à elaboração de projetos de desenvolvimento e à sua avaliação.

Verifica-se, contudo, que existe uma tendência em reduzir a noção de desenvolvimento à sua dimensão económica, não dotando a dimensão social, cultural e ambiental da sua verdadeira importância.

Deste facto não está ausente a situação de se considerar, com maior relevância, os indicadores económicos, nomeadamente aqueles que estão associados ao crescimento do PIB, ao investimento económico e ao consumo, que assumiram, durante muitos anos, as funções de verdadeiros indicadores de desenvolvimento de uma dada sociedade.

Posteriormente, foram integrados um conjunto de indicadores sociais, como a taxa de escolarização, a generalização do sistema de saúde, a taxa de urbanização, a expansão dos meios de comunicação social e das novas tecnologias, onde a informática e a taxa de utilização da internet começam a assumir cada vez maior importância.

Hoje, começa a estar na ordem do dia o aumento da importância dos indicadores referentes às empresas e a produção local, assim como começa a assumir contornos de extrema importância a participação dos cidadãos na vida política local.

Embora haja a perfeita consciência da limitação destes indicadores quantitativos em medir o desenvolvimento, a maior parte dos investigadores tem vindo a propor o recurso a novos processos de investigação, com recorrência a metodologias que privilegiem a dimensão qualitativa dos processos de desenvolvimento.

Por outro lado, e em matéria ambiental, Lopes (2013:13) refere que não são raras as vezes que

os desequilíbrios que se verificam entre a economia nacional e o ambiente assentam num consumo exagerado dos recursos naturais disponíveis num dado território, sobrando para os municípios o ónus da procura de soluções para a resolução dos problemas decorrentes desse consumo.

As últimas décadas têm vindo a testemunhar a emergência, um pouco por todo o mundo, de iniciativas conducentes à definição de indicadores de desenvolvimento sustentável para um leque alargado de aplicações de gestão do desenvolvimento local, regional e nacional. (Turnes, 2004:51).

Que indicadores ambientais devem entrar na análise do desenvolvimento?

Os indicadores e os índices ambientais têm o seu aparecimento na segunda metade do século XX. Contudo, já em 1949 era utilizado o índice de diversidade de Shannon-Wiener, que permite medir a diversidade de uma comunidade. (Lopes, 2013:8).

Atualmente, os indicadores de desenvolvimento sustentável apresentam-se não apenas como necessários, como são fundamentais para as tomadas de decisão aos mais variados níveis, constituindo ainda uma ferramenta fundamental nos processos de avaliação do fator de sustentabilidade.

Nesta matéria, a ONU tem vindo a desenvolver um *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, articulado com a *Agenda 21* e com as *Metas de Desenvolvimento para o Milénio*, com um objetivo claro: criar um sistema que sirva de referência, possibilite a monitorização dos objetivos a alcançar, a medir os impactos das medidas tomadas perante os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Quando utilizados na escala local deverão observar as seguintes condições: “*Relevância tanto para os cidadãos como para o governo local; Refletir circunstâncias; basear-se em informações que possam ser facilmente recolhidas; mostrar tendências ao longo de um período de tempo razoável; serem significativos quer individualmente, quer em conjunto com outros indicadores; serem claros e de fácil entendimento, de forma a educar e informar; potenciar mudanças nas políticas, serviços ou estilos de vida; Conduzir ao estabelecimento de metas.*” (Schirnding 2002, citado por Lopes, 2013:9))

Por seu lado, a OCDE sistematiza os indicadores ambientais através do modelo *Pressão-Estado-Resposta* (PER) baseado em três grupos chave de indicadores: *Pressão* – refere-se às formas de pressão que se abatem sobre os sistemas, onde são considerados os seguintes indicadores: emissões de contaminantes, eficiência tecnológica, tipos de intervenção no território e impacte ambiental; *Estado* – este segundo grupo chave procura obter a qualidade do ambiente num determinado espaço/tempo, considerando, entre outros, os indicadores de sensibilidade, de risco e de qualidade ambiental; *Resposta* - este terceiro grupo chave tem, como finalidade, proceder à avaliação das respostas a dar pela sociedade quer às alterações, quer às preocupações ambientais e soluções programáticas ou aplicação de soluções consideradas em proveito do ambiente. É o caso de indicadores como a adesão social, as políticas de sensibilização e a ação desencadeada por grupos sociais em prol do ambiente.

Desde o tratado de Amesterdão, em 1997, que a Agência Europeia do Ambiente e os vários países que compõem a atual União Europeia têm vindo a publicar documentação sobre indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável, com este tratado, passou a constituir um novo paradigma das políticas ambientais e foi transformado num dos

objetivos fundamentais da União Europeia, permitindo assumir posições firmes acerca das alterações climáticas à escala global, e contribuir para a assinatura do Protocolo de Quioto.

6- O desenvolvimento endógeno: participação e redes para o desenvolvimento

Do que acabou de ser exposto, conclui-se que os pressupostos dos paradigmas da modernização e da dependência, que foram ensaiados em vários estudos europeus, latino-americanos e africanos e o mito da *modernidade universal*, passaram de moda e foram relegados para o esquecimento, para dar lugar a novos conceitos de desenvolvimento alternativos, (como o *pós-desenvolvimento*), cuja ênfase incidiu na importância do desenvolvimento social, no crescimento do capital humano, no papel e capacidades das comunidades locais no desenvolvimento regional.

Estas teorias constituíram, em grande parte, uma resposta às teorias clássicas do desenvolvimento, na medida em que conseguiram demonstrar que as mudanças tecnológicas, *per se*, não constituem uma explicação para o crescimento económico. (Szajnowska-Wysocka, 2009:83).

Os conceitos de desenvolvimento endógeno surgem como *“tentativas para corrigir teorias, propondo modelos, nos quais os efeitos de crescimento de longo prazo sejam considerados variáveis endógenas do modelo baseado em premissas relacionadas com o investimento em capital humano e técnico”*. (Szajnowska-Wysocka, 2009:83).

Quando nos referimos a desenvolvimento endógeno não estamos a relacioná-lo com uma escala espacial, ou seja, o desenvolvimento endógeno não pode ser interpretado como desenvolvimento local. Ele é mais vasto e pode

abranger as comunidades locais, regionais, nacionais e multinacionais.

Por outro lado, o sentido do desenvolvimento alterou-se. Os modelos anteriores pensavam o desenvolvimento do topo para a base, ou seja, o Estado central era o responsável pela introdução dos grandes projetos nas regiões (polos de crescimento económico, por exemplo) e das políticas económicas na esfera macroeconómica.

Com o desenvolvimento endógeno, o novo modelo de desenvolvimento estrutura-se na esfera microeconómica, ou seja, da base para o topo, tomando sempre em consideração as potencialidades dos territórios e dos atores que estão nos territórios.

Uma outra característica deste modelo de desenvolvimento reside no facto de que o crescimento económico se apresenta diversamente endógeno. Tal característica é traduzida não só pela acumulação competitiva do capital, como pelo investimento humano e pela troca de informações entre as empresas que se encontram nesses territórios.

É de salientar que ao gerar conhecimento e inovação, as cidades e as regiões tornam-se partes importantes das políticas nacionais, regionais e locais.

Quando as fronteiras físicas dos Estados se tornam mais fluidas devido à globalização, *“a localidade torna-se mais significativa e importante em todas as esferas e relações espaciais: políticas, económicas, culturais, rurais e urbanas.”* (Szajnowska-Wysocka, 2009:84).

O desenvolvimento endógeno deve, então, ser percecionado como um processo interligado, cooperativo e autossustentável (Conti, 2012). Para tal, terá de ter capacidade de resposta às alterações verificadas nos mercados, revendo

estratégias e reorganizando processos produtivos.

A concorrência que hoje se observa não se estabelece no território local ou nacional. Essa concorrência é global, situação que vai exigir que as organizações revejam as suas estratégias, adotem novas formas de organização do trabalho (nos produtos e serviços que realizam e nas formas de produção), através de processos inovadores que se ajustem às exigências globais.

Face ao exposto, os sistemas de empresas de um dado território e as relações que decorrem com empresas suas parceiras constituem um dos mecanismos, através dos quais dão lugar aos processos de crescimento e de mudança nas economias dos territórios.

Um outro aspeto que se reveste de extrema importância, para a definição de estratégias de desenvolvimento endógeno, é o da participação dos atores sociais existentes nos territórios e nos papéis que estes podem desempenhar.

Há muito que nos regimes democráticos, a participação dos atores sociais deixou de estar meramente circunscrita aos atos eleitorais, para assumir contornos ativos e de responsabilidade nas decisões a tomar e nas estratégias utilizadas para alcançar os objetivos traçados.

Este tipo de participação para além de apresentar um cariz autónomo e voluntário, assume contornos de concretização a partir do momento em que os atores se envolvem na resolução dos seus próprios problemas e na concretização de objetivos comuns, e que só serão alcançados através da formação e da consolidação das *comunidades de interesses*. (Marques, 2006: 149).

As *comunidades de interesses* são constituídas por grupos de pessoas, os atores sociais – individuais ou coletivos – que partilham presenças, vivên-

cias, preocupações intenções e projetos comuns. (Marques, 2006:148).

Mas as próprias comunidades são detentoras, no seu interior, de um conjunto de interesses diferentes e diversificados que resultam do agregado de contradições da estrutura societária geral e que refletem, no interior da comunidade, as manifestações de exercício formal e informal de Poder.

O processo de participação, para que possa decorrer em pleno, poderá de ter que exigir um conjunto de procedimentos nas áreas da informação e da formação para a participação, em que os líderes naturais e a população em geral constituem os seus destinatários. Também a animação das *comunidades de interesses* se mostra crucial para o seu êxito.

A participação poderá, em nossa opinião, assumir dois figurinos. Um encontra-se intimamente relacionado com as formas de cooperação com iniciativas desenvolvidas pelo Poder e que estão presentes nas diferentes escalas territoriais podendo, contudo, apresentar contradições entre si. O outro mostra-se em oposição ao anterior, ou seja, a participação pode assumir aspetos organizativos e expressivos de interesses que se apresentam contrários às iniciativas originadas na área no Poder. (Marques, 2006:150)

A tónica colocada na participação dos atores territorializados conduz à (re)significação da prática do desenvolvimento endógeno, que passa a ser apreendida de forma coletiva, dependendo da responsabilização coletiva desses atores. (Andion, 2003:1046).

É através da responsabilização coletiva que o desenvolvimento endógeno se transforma em processo político., na medida em que envolve escolhas e decisões que só é possível tomar articulando o local e o global, o indivíduo e o cole-

tivo e entre as várias esferas sociais: o Estado, os mercados e as formas organizadas das sociedades.

É nestas conjunções que as redes de cooperação se destacam como elementos fundamentais na promoção do desenvolvimento endógeno.

Uma rede pode ser definida como uma “*estratégia de ação coletiva, visando uma transformação social num determinado local*” (Scherer-Warren, 1999, citado por Andion, 2003:1047). Ou seja, são formas de organização e de ação, utilizadas pelos atores sociais, tendo em vista a mudança (económica ou outra).

Como podem as redes contribuir para a promoção do desenvolvimento endógeno?

Vachon (2001) aponta quatro funções das redes: a) permitem um aproveitamento mais racional dos recursos disponíveis; b) produzem economias de tempo, resultantes da partilha e da reflexão conjunta, favorecendo a execução de um maior número de projetos, o que permite uma maior dinâmica do processo de desenvolvimento; c) criam as condições para que os atores se centrem em objetivos de mudança a longo prazo e construam estratégias integradas de ação; d) promovem uma maior participação para a reflexão e procura das soluções comuns para os problemas da comunidade.

Na opinião de Pecqueur, há uma relação entre as interações sociais que são estabelecidas pelas redes e a dinâmica do desenvolvimento local, “*é a natureza das ligações que unem os atores que determina a sua eficácia produtiva e que permite reconhecer o carácter local do desenvolvimento*”. (Pecqueur, 2000:41). Ou seja, o desenvolvimento não pode ficar apenas circunscrito à vontade explícita dos atores, ou a um mero desejo de mudança. Ele está diretamente relacionado com a densidade

das redes que se formem num determinado território.

Por outro lado, o facto de existir uma grande heterogeneidade ao nível das relações que integram as redes, torna-se difícil encontrar uma coerência ou uma tipologia definitiva dessas relações. (Andion, 2003:1047).

Ora, como ficou implícito anteriormente, a existência de redes possibilita perceber a origem dos laços de reciprocidade que existe num dado território. (Andion, 2003:1048).

Para uma melhor compreensão da importância das redes no modelo de desenvolvimento endógeno, propõe-se a sua análise considerando quatro dimensões: 1 - os *tipos* de redes; 2 - a sua *densidade*; 3 - o seu *funcionamento* e; 4 - a sua *gestão* e a *efetividade* da sua ação.

1 - Importa perceber que *tipos* de redes existem no território, quais os atores que nelas participam e que objetivos querem alcançar com a sua participação. No que se refere às *redes institucionais* que se estabelecem entre grupos formais, Pecqueur (2000) refere que a sua existência pode ter, como finalidade, a aquisição de bens e/ou de serviços, a troca de formações e de *know-how*. Por outro lado, as *redes informais*, formadas por familiares, profissionais ou de concertação, existem para desenvolver ou fortalecer laços de solidariedade entre os seus membros e constituem um complemento às *redes institucionais*. Por vezes é difícil destrinçar as fronteiras entre si. (Andion, 2003:1048).

2 - Uma segunda dimensão de análise sobre as redes remete-nos para a sua *densidade*, ou seja, a forma de entrosamento que apresenta, quer nos territórios, quer na história e na cultura das comunidades, Andion, (2003:1049) propõe quatro tipos de variáveis: a) *territorialidade/coesão social*; b)

temporalidade histórica; c) *valores éticos/políticos* e; d) *capacidade de inovação/adaptação e regulação*.

a) Com a *territorialidade/coesão social* procura-se perceber que tipo de relacionamento existe entre os vários participantes da rede, como se organizam e como se relacionam com o território, (enquanto dimensão material das relações sociais), as suas particularidades culturais e a existência (ou não) de relações recíprocas, indiciadoras da existência de coesão social, e a sua ligação com o funcionamento dessa rede; b) a *temporalidade histórica* é vista como um fator de enorme importância para promover a coesão social, na medida em que procura estabelecer uma relação das atividades da rede e a história dos territórios e das suas comunidades, nomeadamente as vivências comuns entre si; c) os *valores éticos/políticos* procuram determinar a *coerência* entre os objetivos dos atores e os objetivos da rede e os valores da rede e os valores éticos mais amplos, assente num desenvolvimento assente nos valores; d) quanto à *capacidade de inovação/adaptação e regulação*, estas funcionam como requisitos para a ocorrência de processos de desenvolvimento endógeno. À *inovação* estão ligadas as várias alternativas de adaptação dos produtos e/ou serviços, dos processos produtivos e dos procedimentos de gestão, face às condições dos mercados globais; a capacidade de *adaptação* surge como resultada da inovação permanente por parte da rede e pela sua abertura face ao exterior; já a *regulação* está relacionada com as formas de solidariedade que estão presentes na rede, que são as responsáveis pelos processos de reprodução das condições favoráveis à inovação.

3 - A terceira dimensão de análise incide sobre o *funcionamento e da gestão* da rede. Parece-nos fundamental este procedimento dado que com ele é possível perceber a dinâmica (ou a inércia) da rede, os alcances pretendidos e a participação obtida da comunidade. Procura-se, pois, a efici-

ência e a eficácia da rede. Em termos da transformação das atitudes tomadas por parte dos seus membros, pelos níveis de participação que se propôs atingir e a coerência entre o que foi traçado pelos objetivos e as práticas internas. Os processos internos de gestão têm, como finalidade, a avaliação do nível de participação na gestão corrente da rede e, mais concretamente, nas tomadas de decisão, no recurso e uso dos mecanismos de controlo, na resolução de conflitos, na hierarquização das normas e nos procedimentos de comunicação interna e externa.

4 - A quarta dimensão incide sobre a *efetividade da ação das redes na promoção do desenvolvimento local sustentável*. Em nossa opinião, o sucesso obtido pela rede reside na articulação entre nos processos desenvolvidos e nos resultados obtidos nas três dimensões apontadas anteriormente e as quatro formas de promoção do desenvolvimento endógeno: 1 - *económica/tecnológica*; 2 - *social*; 3 - *ambiental/ecológica*; 4 - *política*.

1 - A promoção *económica/tecnológica* tem como finalidade alcançar, para os seus membros e/ou beneficiários: a) uma significativa melhoria nos diversos aspetos económicos; b) a sua inserção na economia – local, regional, nacional e global; c) a sua capacidade de modernização tecnológica e adaptação dos meios de produção; d) a sua articulação entre a produção e a I&D.

2 – A promoção *social* tem como finalidade alcançar, para os seus membros e/ou beneficiários: a) uma significativa melhoria nas condições de vida – saúde, educação, habitação, lazer e cultura; b) dilatar os espaços da coesão social e as formas de sociabilidade.

3 - A promoção *ambiental/ecológica* tem como objetivos: a) preservar o potencial que se encontra na natureza e a produção de recursos renováveis; b) limitar o uso de recursos não-renováveis; c) conservar a biodiversidade:

4 – A promoção *política* pretende a) exercer influência na promoção e execução das políticas públicas relacionadas com a área de atuação da rede; b) fortalecer o papel da rede no fortalecimento da democracia participativa. (Andion, 2003:1051).

Para o caso específico das empresas, a rede pode ser definida como um sistema que liga as empresas entre si e cujo interesse incide nos bens materiais, na informação e na tecnologia, com o objetivo de produzir e fazer circular o conhecimento obtido e trazer benefícios para a comunidade.

Desta forma, para enfrentar os desafios colocados pelos mercados e adequar o desenvolvimento, as organizações têm vindo a constituir redes de cooperação com um objetivo claro: alavancar a sua competitividade. (Conti,2012)

Neste sentido, surge a necessidade de se proceder à distinção entre *redes pessoais* e *redes empresariais*. Assim, as *redes pessoais* procuram fornecer e obter informações e, eventualmente, podem também proporcionar os recursos que poderão servir de base à formação e às operações iniciais de uma empresa, ou até colaborar para as trocas de bens e/ou serviços e de conhecimentos nos sistemas produtivos locais. A contribuição das *redes de empresas* incide nas informações sobre negócios, assessoria técnica, recursos materiais e financeiros (Barquero, 2002).

A formação de redes de cooperação e a procura constante de inovação, por parte das empresas, constituem mecanismos que vão permitir que as empresas alcancem o progresso tecnológico e economias de escala e, conseqüentemente o desenvolvimento endógeno que desejam.

Conclusão

O conceito de desenvolvimento que ainda hoje ocupa um lugar privilegiado nas ciências sociais foi durante décadas confundido com o conceito de crescimento económico. A esta confusão conceptual não ficaram imunes eminentes economistas. Todavia, é necessário entender que as condições teóricas e sociais de então, não possibilitavam outras formas de abordagem, como aquelas que décadas depois viriam a criar as condições que possibilitaram a emergência de novas propostas alternativas para o desenvolvimento.

No entanto, nessas décadas a recorrência à utilização sistemática de indicadores de crescimento económico era vulgar, mas não era inocente. O seu uso serviu como argumentação ideológica para aferir, posicionar, qualificar o nível de desenvolvimento de regiões, de povos e de países.

A pretensão de colocar a situação de crescimento económico como condição *sine qua non* para a existência de desenvolvimento mostra-se determinista pois associa o processo contínuo de aumento da produção de bens e de serviços à melhoria do bem-estar das populações, o que não é verdade. Como não é verdadeira a visão evolucionista do desenvolvimento que considera o rendimento *per capita* para classificar o nível de desenvolvimento dos países e o caminho que estes terão de percorrer para atingir os patamares dos países classificados como *desenvolvidos*.

Mas a confusão entre conceitos foi-se arrastando por décadas, tendo a sua desconstrução ocorrido em 1980, na 3ª Conferência da Nações Unidas para o Desenvolvimento, quando os conceitos de crescimento económico e desenvolvimento passaram a divergir entre si.

Hoje já não é possível a conceção, que se tem do desenvolvimento, fundamentada apenas na sua

dimensão económica. Persistir em tal seria muito redutor. No entanto, a abordagem do desenvolvimento com recurso a outras dimensões - a dimensão política, social e ambiental - deve ser vista numa perspetiva entrosada entre si, pese embora ao longo do texto tivessem sido apresentadas separadas entre si, por mera sistematização.

Esta abordagem da multidimensionalidade do desenvolvimento permitiu-nos dar conta que os pressupostos dos paradigmas da modernização e da dependência assim com o mito da *modernidade universal* passaram de moda e foram relegados para o esquecimento, dando lugar a novos conceitos de desenvolvimento alternativos, onde prevalecem a importância que o desenvolvimento social desempenha no crescimento do capital humano e no papel e nas capacidades das comunidades locais no desenvolvimento endógeno.

Estamos perante um conjunto de teorias que constituíram, em grande parte, uma resposta às teorias clássicas do desenvolvimento. Percebeu-se, então que as mudanças tecnológicas, *per se*, não constituem uma explicação para o crescimento económico. A emergência dos conceitos de desenvolvimento endógeno surge como tentativas, e não como verdades ou certezas absolutas, para corrigir teorias e para propor modelos de desenvolvimento baseadas no investimento em capital humano e técnico.

Este desenvolvimento endógeno possui, contudo, uma particularidade: o facto de não possuir uma escala territorial confinada e fechada. Daí não poder ser confundido com o desenvolvimento local, que é apenas uma das suas dimensões. O seu alcance estende-se das comunidades locais às comunidades multinacionais, passando pelas comunidades regionais e nacionais.

O novo modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado na esfera microeconómica, partindo das potencialidades existentes e dos atores que estão nos territórios.

Este modelo de desenvolvimento apelar à participação dos atores sociais dos territórios e aos papéis que estes possam desempenhar nas estratégias de desenvolvimento endógeno, contribui para a revitalização dos territórios e para a formação e consolidação das *comunidades de interesses*.

Por outro lado, ao se considerar a pertinência na participação dos atores sociais territorializados está-se a proceder à (re)significação da prática do desenvolvimento endógeno, através da responsabilização coletiva dos atores. É através deste processo de responsabilização coletiva que o desenvolvimento endógeno se transforma em processo político, uma vez que se está em presença de escolhas, de decisões em que só é possível graças à existência de conjunções entre o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as várias esferas sociais.

Ora, é nestas conjunções que as redes de cooperação têm o seu destaque, como elementos fundamentais, para a promoção deste modelo de desenvolvimento.

As redes de cooperação, tal como foram analisadas no texto, revestem-se de uma extrema importância pelas funções que desempenham e pela heterogeneidade do tipo de relações que as integram, o que pode ser uma manifestação de vitalidade dos territórios e das suas comunidades.

Analisar o papel das redes focalizando-o no nível local, não significa que esta fique fechada às outras escalas – regional, nacional, global. Pecqueur (2000) refere que a proximidade e as ligações que se produzem ao nível local são

mais-valias para os territórios, se forem abertas ao mundo exterior.

É através da consciencialização e da conjugação de esforços, por parte dos atores do desenvolvimento que se podem obter o conjunto de vantagens competitivas, quer na conquista dos mercados, garantindo a sua rentabilidade, quer na própria sobrevivência das organizações, quer no desenvolvimento dos territórios.

Referências bibliográficas

- Alves, J. (1997). A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e os paradoxos de Copenhague *Revista Brasileira de Política Internacional*. 40 (1) (1997) .142-166
- Antonescu, D. (2015). Theoretical approaches of endogenous regional development, *MPRA Paper No. 64679*, Munich Personal RePEc Archive
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4 (2003), 35-70
- Ammendola, G. (2011). Algumas tendências e perspectivas sobre Globalização, Crescimento Económico, Igualdade e Desenvolvimento. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 2, N.º 2, Outono 2011. Consultado [online] em 1-11-2017, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n2_art1
- Andion, C. (2003). Análise de redes e desenvolvimento local sustentável, *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 37(5): Set./Out. 2003: 1033,1054
- Ascani, A., Crescenzi, R. & Iammarino, S. (2012). Regional Economic Development, *SEARCH WORKING PAPER*, WP1/03
- Barquero, A. (2002). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- Bellen, H. (2010). As Dimensões do Desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação, *Revista de Ciências da Administração*, v. 12, n. 27, maio/ago 2010, 118-142
- Brandão, C. (2007). *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo: Editora da Unicamp
- Brum, A. & Bedin, G. (2003). Globalização e Desenvolvimento: algumas reflexões sobre as transformações do mundo atual e suas implicações no processo de desenvolvimento. *Desenvolvimento em Questão*, Editora Unijuí, ano 1, n. 2, jul./dez. 2003, 9-35
- Cabugueira, A. (2000). Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de Alguns Aspectos de Política Económica Regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 9 (2000), 103-136
- Capello, R. (2011). Location, Regional Growth and Local Development Theories, *Aestimum* 58, Giugno 2011: 1-25
- Direção Geral do Ambiente (2000). *Proposta para um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável*
- Dunlap, R. & Catton, W. (1983). What environmental sociologists have in common (whether concerned with "built" or "natural" environments), *Social Inquiry*, vol. 53, 113-135
- Escobar, A. (2005). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. in Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 17-31.
- Fermisson, J. (2005). *Das estratégias dos actores à estratégia do território - o papel dos contextos locais de governância face ao processo de mundialização*, Lisboa, Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, (Dissertação de mestrado em Gestão do Território)
- Lopes, C. (2013). *Sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável local: estudo de caso no concelho de Abrantes*, Lisboa, Universidade Aberta, (Trabalho de Projeto, Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação)
- Marques, A. (1999). A Emergência da Sociologia do Ambiente, *Aprendizagem e Desenvolvimento*, vol. VIII (31-32), Lisboa, Instituto Piaget, 21-30

- Marques, A. (2006). *Actores, Estratégias e Desenvolvimento Local – conflitos e consensos no município de Palmela no limiar do século XXI*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Universidade de Évora
- Marques, A. (2011). Da construção do espaço, à construção do território. *Fluxos & Riscos* n.º1, 75 – 88
- Mendes, J. (2009). Dimensões da sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009, 49-59
- OCDE. (2002). *Rumo a um Desenvolvimento Sustentável. Indicadores Ambientais*, Salvador, Centro de Recursos Ambientais.
- Pecqueur, B. (2000). *Le développement local*. Paris: Syros.
- Sachs, W. (editor) (2010) *The Development Dictionary a guide to knowledge as power*, Londres & Nova York, Zed Books (2ª ed)
- Santos, E.; Braga, V.; Santos, R.; Braga, A.(2012). Desenvolvimento: um conceito multidimensional, *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, Ano 2, n. 1, jul. 2012, 44-61
- Sassen, S. (2000). Territory and territoriality in the global economy, *International Sociology*, June 2000, vol 15(2), pp. 372-393
- Seers, D. (1979). Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir?. *Análise Social*, vol. XV (60), 1979 - 4.º, 949-968
- Silva, J. (2010) *Amartya Sen: Desenvolvimento como Liberdade*, Programa de Doutoramento em Economia, Faculdade de Economia do Porto.
- Silva, M.; Cândido, G.; Martins, M. (2009). Método de construção do índice de desenvolvimento local sustentável: uma proposta metodológica e aplicada, *Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais*, Campina Grande, v.11, n.1, p.55-72, 2009
- Szajnowska-Wysocka, A. (2009). Theories of regional and local development – abridged review
- Turnes, V. (2004) *Sistema Delos: Indicadores para processos de desenvolvimento local sustentável*. (Tese de doutoramento). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina
- Vachon, B. (2001). *Le développement local. Théorie et pratique*. Montréal: Gaetan-Morin.
- Vale, G. (2007). Redes organizacionais e desenvolvimento territorial, *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 74 – 98, set./dez. 2007

Outros documentos consultados

Agência Portuguesa do Ambiente. *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Em linha: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=19&subref=139&sub2ref=503>, acessado em 23 -10-2017

Conti, D.; Pauli, M.; Santos (2012). *Redes de cooperação para o Desenvolvimento Endógeno*, Em linha: http://www.fahor.com.br/publicacoes/jopec/2012/Redes_de_cooperacao_para_Developolvimento_Endogeno.pdf, acessado em 1-11-2017

DiLorenzo, T (1992). *Why Socialism Causes Pollution*. Em linha: <https://fee.org/articles/why-socialism-causes-pollution>, acessado em 23-10-2017

